



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 19, DE 2012 (nº 42/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

Os méritos do Senhor Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "D. Rousseff", is placed over the date and the end of the message.

EM No 00051 MRE

Brasília, 7 de Fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM N°00051/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de fevereiro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR

CPF.: 244.186.501-30

ID.: 7167 MRE

1959 Filho de Orlando Soares Carbonar e Alcina Leme de Siqueira Carbonar, nasce em 29 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 Curso de Filosofia, Política e Economia (PPE) pela Universidade Oxford
1980 Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPGD) - IRBr
1982 IRBr - Professor Assistente de Economia do Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPGD) e Examinador do vestibular para Admissão no CPGD
1987 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr
1992 Mestrado em Relações Internacionais, Universidade George Washington, Washington, DC
2002 MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) - Sloan School of Management, Boston
2004 Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr - tese "O Brasil e o Acesso a Mercados na ALCA: Problemas e impactos nas relações com os EUA"
2005 IRBr, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - Coordenador dos módulos de Relações Econômicas Internacionais e de Política Internacional (ano de 2005)

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário
1984 Segundo-Secretário
1991 Primeiro-Secretário
1998 Conselheiro
2004 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1981-83 Divisão de Política Financeira, Assistente
1983-84 Divisão de Política Comercial, Assistente
1985-88 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário (setores econômico e de C&T)
1986 Curso de Especialização em Política Comercial, Universidade Georgetown, Washington, DC
1988-91 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário (encarregado dos setores de Política Externa e Interna)
1991-93 Secretaria de Relações com o Congresso, Assessor Parlamentar
1993-96 Prefeitura de Campinas, São Paulo - Secretário Municipal de Cooperação Internacional
1995-97 Divisão de Política Financeira e de Desenvolvimento, Chefe
1997-98 Núcleo de Coordenação da ALCA, Coordenador-Adjunto
1998-99 Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, Gabinete do Ministro, Chefe da Assessoria Internacional
1999-2000 Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Casa Civil da Presidência da República
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial (encarregado do Programa Especial de Exportações - PEE)
2000-03 Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral
2004-05 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor (encarregado dos temas econômicos e da América do Sul)
2004 Embaixada em Pequim, Conselheiro em missão transitória (com o objetivo de auxiliar na preparação de Visita Presidencial)
2005 Divisão Econômica da América do Sul, Chefe
2005 Departamento da América do Sul, Diretor, substituto, e SGAS, interino
2005-09 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2009 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor (encarregado dos temas econômicos, do Mercosul da UNASUL)

- 2009 IBr - Curso de Formação de Diplomatas, Professor Assistente das disciplinas Política Externa Brasileira: I e II (Política Internacional e PEB)
- 2010 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Assessor para Assuntos de Defesa
- 2010 Secretaria Geral das Relações Exteriores/MRE - Assessor Especial para Assuntos de Defesa do Secretário Geral das Relações Exteriores
- 2010 III Comitê Brasil-França do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, inclusive o de propulsão nuclear (PROSUB) - Chefe da Representação do MRE
- 2010 II Curso de Preparação do MRE para Futuros Adidos Militares Brasileiros (Brasília) – Coordenador-Geral
- 2011 Livro Branco de Defesa Nacional - Membro Titular do MRE no Grupo de Trabalho Interministerial
- 2011 Embaixada do Brasil em Damasco, Encarregado de Negócios em missão transitória (28/05 a 10/07/2011)
- 2011 III Reunião Ministerial Ordinária do Conselho de Defesa Sul-americano (Lima) - Chefe da Representação do MRE
- 2011 IBr - Professor Titular das disciplinas Política Externa do Brasil I e II (Política Internacional e PEB)
- 2011 IBr - Coordenador do I Módulo sobre Política Externa e Defesa do Curso de Formação de Diplomatas
- 2011 III Curso de Preparação do MRE para Futuros Adidos Militares Brasileiros (Brasília) – Coordenador-Geral
- 2011 Relator Diplomático no LVI Curso de Altos Estudos da tese sobre "Estruturação de Estratégia na ONU d
Combate ao Terrorismo Internacional"
- 2011 I Reunião Extraordinária de Vice-Ministros do Conselho de Defesa Sul-Americano (para negociar o Centro de Estudos Estratégicos do CDS - Buenos Aires) - Chefe da Representação do MRE

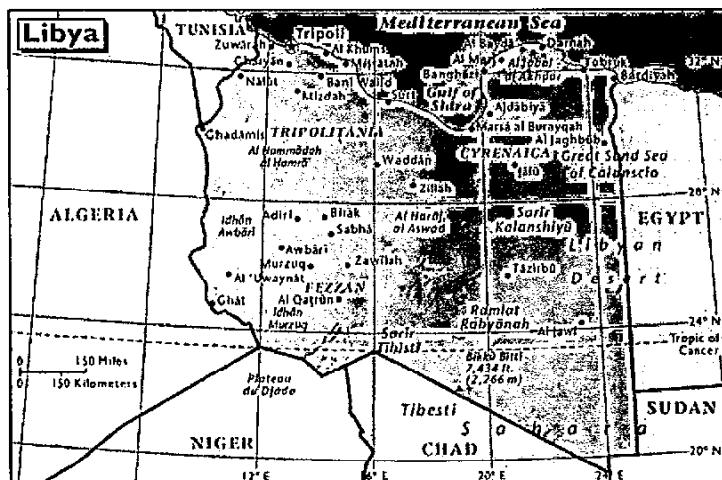
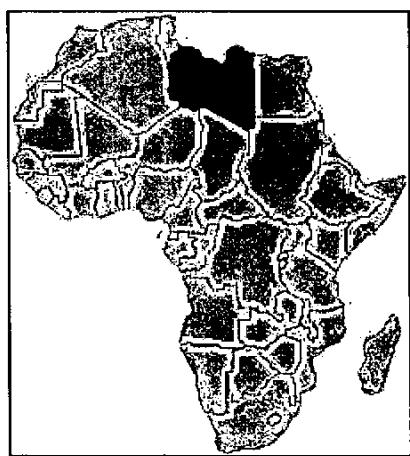
Condecorações:

- 2008 Ordem do Mérito Militar, Oficial
- 2009 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
- 2010 Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
- 2010 Ordem ao Mérito Naval - Medalha Tamandaré
- 2011 Ordem do Mérito Aeronáutico
- 2011 Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial


JOSE BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DE ÁFRICA III**

LÍBIA



**OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Fevereiro de 2012**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Líbia
CAPITAL	Trípoli (cerca de 1 milhão de habitantes)
ÁREA	1.759.540 km ² (cerca de 200 mil km ² a mais que o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO	6 milhões de habitantes (33º na África)
IDIOMAS	Árabe (oficial); italiano e inglês são compreendidos nas principais cidades
RELIGIÃO	Islâmica sunita (97%)
SISTEMA DE GOVERNO	Governo Provisório de Transição
CHEFE DE ESTADO	Mustafa Mohammed Abdul Jalil (Presidente do Conselho Nacional de Transição – CNT)
CHEFE DE GOVERNO	Abdel Rahim al-Kib (Primeiro-Ministro interino, eleito pelos membros do CNT, em 31/10/11)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Ashour Bin Hayal
PIB	US\$ 74,23 bilhões (2010); US\$ 58,7 bilhões (2011)
PIB PPP	US\$ 90,57 bilhões (2010); US\$ 91 bilhões (2011)
VARIAÇÃO DO PIB	5% (2007); 2,7% (2008); -0,7% (2009); 3,3% (2010); -27,9% (2011)
PIB <i>per capita</i>	US\$ 10.873 (2010); US\$ 9.776 (2011)
PIB <i>per capita</i> PPP	US\$ 14.000 (2010); US\$ 15.189 (2011)
IDH	2011: 0,760 (64º no ranking mundial; em 2010: 0,770, 54º no ranking mundial).
MOEDA	Dinar líbio
EMBAIXADOR NO BRASIL	A ser designado
EMBAIXADOR NA LÍBIA	A ser designado

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC

BRASIL → LÍBIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	78,55	173,08	247,64	491,78	1.236,33	1.779,05	1.039,77	557,03	102,63
Exportações	52,55	116,39	213,16	203,38	238,66	372,90	204,70	456,17	101,89
Importações	26,00	56,69	34,48	288,40	997,67	1.406,15	835,07	100,86	0,74
Saldo	26,55	59,70	178,68	-85,02	-759,01	-1.033,25	-630,37	355,31	101,15

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	4
MUSTAFA MOHAMMED ABDUL JALIL.....	4
ABDEL RAHIM AL-KIB	5
ASHOUR BIN HAYAL.....	6
POLÍTICA INTERNA.....	7
O Governo Provisório.....	7
Situação Atual	9
O Calendário de Transição	9
POLÍTICA EXTERNA	10
RELAÇÕES BILATERAIS	12
Conflito na Líbia – Posição Brasileira	12
Primeiros Contatos Bilaterais e Reconhecimento do CNT	13
Assistência Humanitária	13
Período Pós-Conflito - Posição Brasileira	14
Assuntos consulares	14
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	16
Comércio e Investimentos Bilaterais.....	16
Investimentos Brasileiros na Líbia	17
Empréstimos e financiamentos oficiais.....	17
CRONOLOGIA HISTÓRICA DA LÍBIA	18
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-LÍBIA	21
ACORDOS BILATERAIS	23
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	24

PERFIS BIOGRÁFICOS

MUSTAFA MOHAMMED ABDUL JALIL

Presidente do Conselho Nacional de Transição

Nasceu na cidade de Bayda, no oeste da Líbia, em 1952, e estudou Direito e Charia (lei islâmica) na Universidade da Líbia.

Em 2007, foi nomeado Ministro da Justiça. Seus esforços em favor da reforma do Código Penal da Líbia renderam-lhe elogios de grupos de direitos humanos e de potências ocidentais.

Em 2010, Jalil renunciou ao cargo de Ministro da Justiça alegando sua “incapacidade de superar as dificuldades enfrentadas pelo setor judicial”. Ao deixar o cargo, denunciou a detenção de centenas de prisioneiros políticos a despeito de decisões judiciais absolvendo-os. As denúncias feitas por Jalil contribuíram para o desgaste da imagem de Muammar Kadafi, que detinha o poder na Líbia desde 1969.

Em 23 de março de 2011, Jalil assumiu a presidência do Conselho Nacional de Transição, formado em Benghazi com o objetivo de pôr fim ao regime de Kadafi.

Em setembro de 2011, a Assembleia Geral da ONU reconheceu, com voto favorável do Brasil, o Conselho Nacional de Transição, liderado por Jalil, como representante legítimo do povo líbio.

ABDEL RAHIM AL-KIB

Primeiro-Ministro

Abdel Rahim al-Kib nasceu em 1950, no distrito de Zawia, próximo a Trípoli. Graduou-se pela Universidade de Trípoli. Passou a maior parte de sua vida no exílio. É engenheiro elétrico e empresário. Obteve PhD pela Universidade da Carolina do Norte e ocupou cargos acadêmicos no Catar e nos Emirados Árabes.

Regressou à Líbia após a conquista da capital, Trípoli, pelos rebeldes, em agosto de 2011.

De perfil tecnocrata, praticamente sem qualquer envolvimento passado com o regime de Kadhafi, Al-Kib conta com o aval dos países que se engajaram na luta contra Kadhafi e poderá angariar significativo apoio entre a população líbia. Contudo, especula-se que a falta de raízes políticas no país pode limitar sua capacidade de liderar o complexo processo de transição que se inicia na Líbia. Alguns analistas acreditam que as conexões de Al-Kib com sua região de origem (Zawia/Trípoli) constituem um contrapeso necessário à predominância de representantes do leste do país (sobretudo da região de Benghazi) no Conselho Nacional de Transição.

ASHOUR BIN HAYAL **Ministro das Relações Exteriores**

Ashour bin Hayal nasceu em Derna, no leste da Líbia, em 1939. Diplomata de carreira, Hayal serviu em importantes postos no exterior, como Roma e Nova York (na representação permanente da Líbia junto à ONU).

Foi Embaixador na Coreia do Sul em 1984, ano em que pediu exoneração do cargo em protesto contra o assassinato de policial inglesa por atirador abrigado na Embaixada da Líbia em Londres. Passou então a militar contra o regime de Kadhafi a partir do exterior. Em 2005, após o sequestro e assassinato de Mansour Rashid el-Kikhia, assumiu o cargo de Secretário-Geral da Aliança Nacional Líbia, movimento de expatriados oposicionistas.

Em novembro de 2011, foi designado Ministro das Relações Exteriores pelo Primeiro-Ministro Al-Kib.

POLÍTICA INTERNA

Em agosto de 2011, os combatentes do Conselho Nacional de Transição (CNT) tomaram a capital líbia, Trípoli, derrotando as forças leais ao Coronel Muammar Kadhafi, que governava o país desde 1969.

Em seguida, os insurgentes voltaram-se contra o último reduto de forças leais a Kadhafi, Sirte, sua cidade natal. Após semanas de intensos combates, as tropas do CNT lograram superar as linhas de defesa dos kadhafistas. Em 20 de outubro, foi anunciada a morte de Muammar Kadhafi, executado sumariamente pelos insurgentes. Em 23 de outubro, as autoridades do CNT declararam a “libertação do país”.

Após a derrocada do regime de Kadhafi, os principais desafios do CNT, no futuro imediato, consistem em estabilizar a situação de segurança em Trípoli e outras partes do país, estabelecer uma autoridade legítima inclusiva com ampla aceitação entre as diversas tribos e regiões da Líbia e regularizar a produção e exportação de petróleo, de forma a canalizar recursos para a reconstrução do país.

A tarefa a que se propõe o CNT não será fácil. O processo de transição política na Líbia encontra-se sujeito a entraves e recuos, dada a dificuldade de se estabelecer um diálogo político inclusivo em um país desprovido de tradição democrática aliada à presença de milícias remanescentes da guerra civil e à disseminação de armas entre a população – principais fatores de instabilidade no período pós-conflito.

O Governo Provisório

Em 31 de outubro de 2011, Abdel Rahim al-Kib foi eleito novo Primeiro-Ministro da Líbia, em votação restrita aos membros do CNT. Al-Kib, que recebeu 26 de um total de 51 votos, passou a ocupar o lugar de Mahmoud Jibril, que, desgastado politicamente, não concorreu ao cargo.

De perfil tecnocrata, praticamente sem qualquer envolvimento passado com o regime de Kadhafi, Al-Kib conta com o aval dos países que se engajaram na luta contra Kadhafi e poderá angariar significativo apoio entre a população líbia. A falta de raízes políticas no país, no entanto, poderá limitar sua capacidade de liderar o complexo processo de transição que se inicia na Líbia. Alguns analistas acreditam que suas conexões com sua região de origem (Zawia/Trípoli) constituem um contrapeso necessário à predominância de representantes do leste do país (sobretudo da região de Benghazi) no CNT.

Como previsto, um mês após a declaração de libertação do país, o Primeiro-Ministro Al-Kib anunciou a formação de um Governo interino. O novo gabinete, de perfil mais tecnocrata que político, deverá conduzir o

país até as eleições legislativas, a serem realizadas em cerca de oito meses contados da nomeação do novo Governo. A assembleia eleita será encarregada de elaborar nova Constituição, após o que deverão ser convocadas eleições presidenciais.

Entre os 24 integrantes do novo Governo líbio, destacam-se dois proeminentes líderes rebeldes oriundos do noroeste do país: Osama Al-Juwaili, da cidade de Zintan, como Ministro da Defesa; e Faouzi Abdelal, de Misurata, como Ministro do Interior. Ambas as cidades, severamente afetadas pela guerra civil, vinham-se queixando de pouca representatividade nos quadros do CNT.

Dois experientes tecnocratas, Abdelrahmane Ben Yazza, ex-integrante da diretoria da petrolífera italiana ENI, e Hassan Zinglan, também vinculado ao setor de hidrocarbonetos, assumiram respectivamente o Ministério do Petróleo e o Ministério das Finanças. Caberá a Ben Yazza primordialmente retomar a produção e exportação de petróleo, enquanto que Hassan Zinglan deverá se ocupar das políticas de investimentos públicos e da recuperação dos ativos líbios no exterior.

Ashour Ben Khail, natural de Derna, cidade portuária do leste do país, assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Surpreendeu sua designação, uma vez que era tida como certa a nomeação de Ibrahim Dabbashi, ex-Representante da Líbia junto às Nações Unidas durante o regime de Kadhafi que passou a atuar decididamente em favor da causa rebelde após o início dos protestos, em fevereiro passado.

O Primeiro-Ministro Al-Kib tem buscado assegurar ao país e à comunidade internacional que seu gabinete contempla todos os segmentos da sociedade líbia. De fato, as autoridades do CNT envidaram esforços no sentido de acomodar os interesses das diversas regiões e tribos líbias, com o objetivo primordial de consolidar a estabilidade e a unidade do país.

O CNT pareceu ter apostado no critério geográfico como fórmula mais eficaz para a constituição de um Governo equilibrado e legítimo, que possa ser aceito por ampla maioria da população. Não obstante, Al-Kib já enfrenta a oposição de grupos que afirmam não estarem devidamente representados no novo Governo, como os berberes das montanhas Nafusa. Tribos da Cirenaica, por sua vez, têm-se mostrado descontentes com a predominância de líbios ocidentais no gabinete recém-formado, o que consideram ingratidão das autoridades do CNT para com os mártires da região que deflagrou a revolução contra o regime de Kadhafi.

Embora Al-Kib tenha garantido à população que a lei islâmica (a “charia”) constituirá o fundamento da nova Constituição, nota-se que o novo governo líbio tem buscado evitar a “islamização” do processo de transição política. Os segmentos islamistas receberam limitado espaço no novo Governo líbio, à diferença do que vem sendo observado no Egito e na Tunísia, que têm buscado na alternativa islamista solução para alavancar o seu desenvolvimento socioeconômico e implementar reformas políticas que atendam aos anseios populares, após décadas sob regimes autoritários.

Especula-se que a posição do CNT com relação aos islamistas tenha sido influenciada pela pressão exercida por seus principais aliados ocidentais.

Situação Atual

Avalia-se que um dos principais fatores de instabilidade na Líbia pós-Kadhafi possa ser a permanência, após o fim da luta armada, de diversas milícias dispersas pelo território líbio, as quais, embora tenham composto as fileiras do CNT contra as forças de Kadhafi, tendem a identificar-se primordialmente com interesses regionais ou tribais, em detrimento de considerações de caráter nacional. Tal fato, aliado à grande quantidade de armas de pequeno e médio porte em mãos de civis, muitas das quais adquiridas durante e após a luta armada, aumenta o potencial de eclosão de novos conflitos no país.

Cidades e rodovias continuam a ser patrulhadas por milícias rebeldes, as quais, contrariando o ultimato dado pelo novo Governo em 20 de dezembro passado, não depuseram as armas. No início deste ano, o Ministro da Defesa, Osama al-Juwali, informou que pretende incorporar às forças armadas os milhares de combatentes que fizeram a revolução. A medida garantiria, assim, emprego aos rebeldes, em sua maioria jovens pobres e com pouca instrução, e evitaria conflitos entre os diversos grupos armados. Não obstante, na falta de comando central efetivo, facções rebeldes continuam a enfrentar-se pelo controle de locais estratégicos – como o Aeroporto Internacional de Trípoli, fechado em dezembro último devido a tiroteio no interior das instalações.

O Calendário de Transição

Após a formação do Governo interino, em 22 de novembro de 2011, o calendário tentativo do processo político na Líbia estipula a realização de eleições para uma Assembleia Nacional até junho de 2012. Com a assunção dos 200 membros eleitos para a Assembleia, o CNT deverá ser dissolvido e um novo Primeiro-Ministro eleito, o qual terá o prazo de um mês para formar um novo Governo.

A Assembleia eleita deverá igualmente nomear os integrantes de uma comissão que se encarregará da elaboração de um projeto de Constituição no prazo de dois meses a contar da primeira sessão da assembleia. O projeto será, então, submetido a referendo popular. Por fim, três meses após a realização do referendo, serão realizadas eleições gerais.

POLÍTICA EXTERNA

A prioridade da nova diplomacia líbia após o fim do conflito tem sido a normalização das relações exteriores do país com as “nações amigas”. Ênfase vem sendo dada, porém, ao estreitamento das relações com os países da coalizão responsável pela implementação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU – particularmente a França, o Catar, o Reino Unido e os EUA.

A recuperação dos ativos líbios no exterior e a retomada do fluxo de investimentos estrangeiros (setores de petróleo e infraestrutura) também figuram entre as principais linhas de ação externa do novo regime, uma vez que a reconstrução da economia é vital para a sua consolidação no poder e o encaminhamento, sem maiores percalços, do processo de transição. Até o momento, o Governo líbio não tem encontrado, no âmbito dos foros multilaterais principalmente, resistências a suas demandas de reincorporação dos massivos capitais de que Kadhafi dispunha no exterior. Em resposta às solicitações líbias, o Conselho de Segurança da ONU autorizou, em 16 de dezembro último, o descongelamento de ativos do Banco Central da Líbia e do *“Libyan Foreign Bank”*.

É possível que o novo regime líbio tenha atritos com os países que já detinham fortes vínculos comerciais e econômicos com a Líbia durante a era Kadhafi, principalmente a Itália. O processo de aproximação entre Líbia e Itália iniciara-se em 2008 com a assinatura do “Tratado de Amizade, Parceria e Cooperação” e fora impulsionado pelas boas relações entre Berlusconi e Kadhafi. Em fins de dezembro, o Primeiro-Ministro Abdel Rahim al-Kib emitira declaração em que manifestava a intenção do governo líbio de rever os acordos firmados pela petrolífera italiana ENI, maior companhia estrangeira presente no país, que mantém contratos para a exploração de petróleo no país até 2042. Contudo, pouco depois da declaração de al-Kib, o Governo líbio teria confirmado a vigência de contratos de gás e petróleo com a ENI. Avalia-se que a postura contraditória do Governo líbio revele tensões internas do regime de transição.

O CNT deverá criar melhores condições ao diálogo com os países do norte da África. O Marrocos uniu-se tempestivamente aos países da OTAN no apoio ao CNT contra Kadhafi. A Tunísia adotou, em princípio, posição cautelosa quanto ao estabelecimento de contatos e o reconhecimento do CNT, sobretudo em razão da delicada situação na região de fronteira durante o conflito. No entanto, na medida em que os rebeldes ganharam terreno, as autoridades tunisianas buscaram acercar-se do CNT, por meio da realização de visitas de alto nível e de manifestações de apoio ao processo de transição democrática no país vizinho. A Argélia, tendo sido uma das principais opositoras à intervenção militar da OTAN,

reconheceu o CNT tardiamente, acompanhando o consenso da União Africana. Não obstante, os contatos diretos entre altas autoridades estabelecidos desde então indicam que os dois países estão dispostos a inaugurar uma nova fase no relacionamento bilateral, pautada numa maior confiança mútua e nos laços de solidariedade que ligam os seus povos.

Até o momento, não teve desenvolvimento o processo de criação de área de livre comércio, propósito intrínseco da União do Magrebe Árabe (UMA), mecanismo de integração regional que engloba, além da Líbia, Mauritânia, Marrocos, Argélia e Tunísia. Nesse sentido, o novo regime poderá favorecer o relançamento do interrompido processo de integração magrebino.

A Líbia deverá esforçar-se para reintegrar-se plenamente à União Africana, tarefa que não será fácil, considerando, por um lado, a resistência dos países do continente a apoiar a implementação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU e, por outro lado, o singular perfil mantido por muito tempo por Kadhafi naquele organismo. Kadhafi era um dos mais proeminentes defensores do “pan-africanismo” e detinha grande prestígio junto a várias lideranças africanas – a Líbia mantinha significativos investimentos e projetos de cooperação em muitos países do continente, principalmente na África Ocidental. No entanto, países de relevo no cenário africano, como África do Sul, Egito, Nigéria, Angola e Quênia, que viam com desconforto o idiossincrático pró-ativismo de Kadhafi na União Africana, não deverão manter reservas quanto à atuação da nova diplomacia líbia no organismo. A presença do Primeiro-Ministro Al-Kib na XVIII Cúpula da União Africana, realizada em Adis Abeba, em janeiro de 2012, demonstra o compromisso líbio em restabelecer as relações com o continente africano.

O novo Governo líbio poderia contribuir igualmente para o concerto regional em favor da segurança na sub-região do Sahel e em Darfur. Sempre houve suspeitas quanto ao suposto apoio de Muammar Kadhafi a tuaregues rebeldes do Mali e do Níger, bem como aos insurgentes no Chade. Autoridades sudanesas, por sua vez, acusavam Kadhafi de fomentar a instabilidade na região de Darfur, por meio de financiamento e suporte logístico a grupos de oposição armada. Não obstante, o momento atual é de grande apreensão entre os países vizinhos quanto ao destino do arsenal deixado por Kadhafi, sujeito a contrabando e potencial elemento de desestabilização regional.

Os países do Golfo, especialmente o Catar, que prestou importante assistência financeira, militar e logística ao CNT ao longo do conflito, deverão estreitar significativamente as relações com a Líbia pós-Kadhafi, interessados nas oportunidades de investimento existentes.

RELAÇÕES BILATERAIS

Conflito na Líbia – Posição Brasileira

Desde o início dos protestos populares na Líbia, o Brasil repudiou atos de violência contra a população civil e reconheceu como legítimas as aspirações da população líbia por democracia e reformas políticas. O Brasil defendeu uma solução pacífica e política para a crise, que fosse baseada na vontade do povo líbio e capaz de garantir a estabilidade de longo prazo no país.

Ao longo do conflito, o Brasil buscou enfatizar a importância do papel dos países vizinhos e de mecanismos regionais como a Liga dos Estados Árabes (LEA) e a União Africana (UA) para o encaminhamento político da questão, tendo apoiado firmemente o “Mapa do Caminho” da UA, que preconizava uma solução negociada inclusiva, de caráter duradouro.

Em 26 de fevereiro de 2011, sob a presidência brasileira, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, a Resolução 1970, que impunha sanções ao regime de Muammar Kadhafi e submetia a situação da Líbia à apreciação do Tribunal Penal Internacional (TPI). O Brasil, ademais, votou a favor de resolução do Conselho de Direitos Humanos (CDH) que designou o envio de uma comissão de inquérito para investigar as denúncias de crimes humanitários cometidos pelo regime de Kadhafi, e, em seguida, votou a favor de resolução da Assembleia Geral que suspendeu a Líbia do CDH.

Embora tenha tomado nota do apelo da Liga Árabe em favor da imposição de uma zona de exclusão aérea sobre o território líbio, o Brasil absteve-se na votação que resultou na adoção da Resolução 1973 do Conselho de Segurança por não se ter persuadido de que o uso da força, além do requerido para o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, contribuiria para o fim da violência e a efetiva proteção dos civis na Líbia. Os episódios de “efeito colateral” relatados e os ataques a instalações civis vinculadas ao regime de Kadhafi pelas forças da OTAN, bem como o apoio material, técnico e financeiro às tropas rebeldes por parte de países engajados na implementação da Resolução 1973, indicaram clara tendência de distorção do propósito original da resolução. O objetivo de proteger civis teria sido, assim, se não suplantado, pelo menos acompanhado do propósito de mudar o regime político líbio.

Avalia-se que o conflito na Líbia tenha custado a vida de, ao menos, 25 mil pessoas e deixado aproximadamente 50 mil feridos. O alto número de vítimas do conflito, acirrado pela intervenção da OTAN sob a alegada motivação de proteção à população civil, reforça a posição

brasileira de que a “responsabilidade de proteger” da comunidade internacional deve ser complementada pela ideia da “responsabilidade ao proteger”.

Primeiros Contatos Bilaterais e Reconhecimento do CNT

O reconhecimento da importância e da representatividade do Conselho Nacional de Transição (CNT) como parte em qualquer solução política sustentável para a crise líbia levou o Governo brasileiro a manter diálogo com aquela entidade a partir de maio de 2011.

No final de julho, o Embaixador do Brasil no Cairo realizou missão a Benghazi para o estabelecimento de contatos com o CNT no mais alto nível. Na ocasião, o Embaixador do Brasil avistou-se com o Presidente do Conselho, Mustafa Abdul Jalil, que assegurou ao Embaixador brasileiro o respeito aos contratos firmados por empresas estrangeiras atuantes na Líbia sob o regime Kadhafi. Jalil sublinhou ser o Brasil um dos parceiros mais importantes da Líbia, com o qual o povo líbio se sentiria “confortável”.

Em 16 de setembro de 2011, o Brasil votou a favor do credenciamento do CNT como representante da Líbia para a 66ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, o que significou, na prática, o reconhecimento formal, pelo Brasil, daquela entidade como legítimo representante do povo líbio.

Entre os dias 8 e 10 de outubro, o Embaixador Paulo Cordeiro, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos de África e Oriente Médio do Itamaraty, visitou Trípoli com vistas a restabelecer as bases das relações entre o Brasil e a Líbia, prejudicadas pela eclosão da crise. Na ocasião, o representante brasileiro manteve encontros com o Presidente do Banco Central da Líbia e o Vice-Chanceler em exercício, entre outras autoridades. O Subsecretário-Geral pôde, ainda, reunir-se com funcionários da Andrade Gutierrez, da Queiroz Galvão e da Odebrecht e visitar canteiros de obras a cargo das empresas brasileiras. Foram discutidas com as autoridades líbias formas de aprimorar o diálogo político e ampliar a cooperação econômica e comercial. Autoridades do CNT voltaram a comprometer-se a respeitar os contratos firmados com empresas brasileiras durante o regime de Kadhafi, caso não sejam encontrados indícios de irregularidades.

Assistência Humanitária

Em março de 2011, o Governo brasileiro respondeu positivamente ao “Apelo Suplementar para a Resposta à Emergência no Norte da África e no Mediterrâneo”, lançado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). A contribuição

brasileira, no valor de US\$ 374 mil, destinou-se a beneficiar os refugiados do conflito na Líbia deslocados para o Egito e para a Tunísia.

Em novembro de 2011, a Andrade Gutierrez, a Odebrecht e a Queiroz Galvão efetuaram juntas doação à Organização Mundial da Saúde (OMS) no valor de R\$ 1,2 milhão para a aquisição de medicamentos essenciais e suprimentos médicos para pessoas vítimas de lesões e traumas em decorrência do conflito no país.

Em reação aos indícios de que minas brasileiras teriam sido empregadas no conflito, o Governo brasileiro doou US\$ 100 mil ao fundo fiduciário do UNMAS (*United Nations Mine Action Service*), com vistas a colaborar com os esforços de remoção de minas na Líbia, e designou oficial das Forças Armadas para prestar auxílio às operações do JMACT (*Joint Mine Action Coordination Team*) no país.

Período Pós-Conflito - Posição Brasileira

Na visão do Brasil, cabe ao povo líbio liderar o processo de transição e de reconstrução do país. As estratégias para o período pós-conflito deverão levar em conta, ainda, as contribuições relevantes de organizações regionais, tais como a União Africana e a Liga dos Estados Árabes.

A ONU, em coordenação com organizações regionais, está bem posicionada para prestar assistência em diversas áreas, como restauração da ordem e da segurança pública, o estabelecimento de diálogo político inclusivo, o apoio para a elaboração de uma Constituição e para a organização de eleições, mecanismos de direitos humanos, reestruturação do sistema de justiça e recuperação econômica do país.

De modo a lidar com os desafios futuros, o Brasil encoraja a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL) a trabalhar pelo estabelecimento de mecanismo que permita dar início a um diálogo nacional inclusivo o mais brevemente possível.

Assuntos Consulares

As questões consulares na Líbia estão a cargo da Embaixada em Trípoli. Antes da eclosão do conflito, em 2010, a comunidade brasileira na Líbia era composta por cerca de 600 pessoas.

Quando da escalada do conflito, em fevereiro de 2011, a Embaixada brasileira em Trípoli prestou ampla assistência aos brasileiros na Líbia para garantir sua evacuação do território líbio.

Foram emitidos passaportes e ARBs (“Autorizações de Retorno ao Brasil” – documento emitido gratuitamente em situações de emergência para nacionais sem passaporte válido) para cidadãos brasileiros. Em caráter

humanitário, foram também emitidos documentos de emergência (“passaporte de estrangeiro”) para cidadãos de outras nacionalidades (sobretudo latino-americanos) que solicitaram ajuda à Embaixada.

Todos os brasileiros na Líbia foram convidados a deixar o país por vias marítimas, em embarcações fretadas pela Odebrecht e pela Queiroz Galvão. Foram igualmente removidos em segurança do país todos os cidadãos de outras nacionalidades funcionários das empresas brasileiras.

A Embaixada brasileira ofereceu ainda ajuda às demais embaixadas estrangeiras em Trípoli. No total, o Brasil coordenou a evacuação de mais de 4.500 pessoas, dentre as quais os Embaixadores de Portugal e Malta, o Encarregado de Negócios da Suíça, todo o pessoal da Embaixada da Argentina (inclusive o Encarregado de Negócios) e todo o pessoal (menos o Embaixador) da Embaixada da Venezuela – além de chineses, alemães, libaneses, suíços e indianos, entre outros.

O Itamaraty também teve atuação determinante no processo de libertação de Andrei Netto, jornalista de “O Estado de S. Paulo” que entrou ilegalmente na Líbia (contrariando recomendações da Embaixada brasileira) após a eclosão do conflito. O jornalista permaneceu detido por oito dias em uma prisão nos arredores de Trípoli. Ao deixar a prisão, foi hospedado na residência do Embaixador brasileiro. Retornando ao Brasil, o jornalista declarou que sua libertação só foi possível devido à “atuação da Embaixada brasileira em Trípoli e à boa relação entre os dois países”.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O conflito civil afetou severamente a economia do país. O novo Governo líbio tem encontrado dificuldades em restabelecer os serviços básicos à população, que se vê obrigada a recorrer a hospitais fora do país e enfrentar cortes quase diários de energia elétrica e interrupções nos serviços de internet e telefonia.

Estima-se que, em 2011, o PIB líbio tenha contraído cerca de 27,9%, sobretudo em função da drástica redução da produção de hidrocarbonetos, responsável por mais de 70% da economia do país e 95% de suas exportações.

O novo Governo anunciou recentemente que pretende alcançar os níveis de produção de petróleo do período pré-conflito ainda em 2012, ou seja, recuperar a média de 1,6 milhões de barris por dia. De fato, a produção de petróleo tem sido retomada rapidamente, tendo registrado a média de 840 mil barris por dia em novembro passado. A revitalização do setor petroleiro sustentará a recuperação da economia este ano, que deverá crescer cerca de 22%.

O desabastecimento de bens de consumo provocado pelo conflito resultou em uma substantiva alta da inflação, de 2,5% em 2010 para 10,3% em 2011. No entanto, com a recuperação das importações bem como o seguimento da política de subsídios a gêneros básicos, as autoridades monetárias locais estimam que a inflação deverá ser reduzida a 4,5% em 2012 e a uma média de apenas 2% nos anos seguintes..

O levantamento de sanções econômicas sobre o Banco Central da Líbia, anunciado em dezembro último, deverá permitir que o sistema financeiro líbio retorne à normalidade. O gradual descongelamento dos ativos estrangeiros no exterior dará condições ao Governo líbio de financiar os seus gastos e dar continuidade aos investimentos públicos no país.

A maioria das empresas de infraestrutura e serviços ainda não retornou ao país, principalmente por questões de segurança.

Comércio e Investimentos Bilaterais

Entre 2003 e 2009, a corrente de comércio entre o Brasil e a Líbia passou de US\$ 78,55 milhões para mais de US\$ 1 bilhão, havendo atingido um montante recorde de US\$ 1,7 bilhão em 2008. A queda das exportações líbias de hidrocarbonetos para o Brasil reduziu significativamente o montante do intercâmbio bilateral em 2010, embora as exportações brasileiras tenham atingido valor recorde naquele ano, atingindo US\$ 456,17 milhões.

Em 2010, as exportações brasileiras concentraram-se em minério de ferro (51,22%) e carnes bovinas desossadas (12,66%). As estatísticas mostram ainda uma expressiva participação das vendas de aeronaves e outros aparelhos aéreos no total exportado em 2010 (12,43%).

Em 2011, em razão do conflito na Líbia, o intercâmbio comercial entre os dois países reduziu-se significativamente, registrando, até novembro passado, apenas US\$ 102,64 milhões. Mais uma vez, predominaram naquele ano as exportações brasileiras (US\$ 101,7 milhões), que se constituíram basicamente de trigo (31,20%), carne bovina (21,34%), açúcar (17,77%) e carne de frango (17,02%).

Investimentos Brasileiros na Líbia

A Odebrecht detém concessão para ampliar o aeroporto de Trípoli e construir anel rodoviário da cidade, enquanto que a Andrade Gutierrez e a Queiroz Galvão atuam em obras de saneamento em Trípoli e Benghazi, respectivamente. O valor dos contratos assinados por empresas brasileiras na Líbia é da ordem de US\$ 5 bilhões.

A Petrobras participou da primeira licitação internacional para exploração de hidrocarbonetos na Líbia, em janeiro de 2005, e já perfurou dois poços no país até o momento, sendo que nenhum apresentou resultado positivo. Paralelamente, a empresa brasileira buscava atuar na recuperação secundária de jazidas na Líbia, havendo apresentado propostas que se encontravam em fase de negociação. Quando do agravamento da crise na Líbia, em fevereiro, a Petrobras tinha apenas 4 funcionários no país. O número reduzido de funcionários não reflete adequadamente o tamanho das operações da Petrobras na Líbia, uma vez que grande parte das atividades era terceirizada para empresas prestadoras de serviços.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais a tomador soberano do Brasil à Líbia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA LÍBIA

643 d.C. – Árabes conquistam a Líbia do Império Bizantino e a convertem ao Islamismo.
Séc. XVI – A Líbia torna-se parte do Império Otomano.
1911 – Em guerra contra o Império Turco-Otomano, a Itália ocupa a Líbia.
1914-1918 – Durante a 1ª Guerra Mundial, os líbios recuperam quase todo o seu território ocupado pela Itália.
1939 – No início da 2ª Guerra Mundial, a Itália volta a ocupar o território da Líbia.
1951 – A Líbia torna-se independente sob a liderança do Rei Idris al-Sanusi.
1953 – A Líbia é admitida na Liga Árabe.
1954 – Assinatura de acordos para concessão de bases militares a britânicos e estadunidenses.
1956 – Duas companhias estadunidenses iniciam a exploração de petróleo na Líbia.
1961 – Primeiro oleoduto é instalado, permitindo a exportação do petróleo líbio.
1969 – Golpe liderado pelo Coronel Muammar Kadafi destitui o Rei Idris al-Sanusi.
1969 – Kadafi implanta agenda pró-árabe e nacionaliza a economia do país.
1972 – Líbia e Egito unem-se politicamente, constituindo a Federação de Repúblicas Árabes, dissolvida em 1977.
1977 – É criado o Congresso Geral do Povo. O Governo muda o nome do país para “Grande Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia”.
1986 – Alegando envolvimento do Governo líbio em atentado terrorista ocorrido em uma discoteca em Berlim, frequentada por soldados americanos, os EUA bombardeiam Trípoli.
1988 – Atentado a bomba no Reino Unido explode aeronave da companhia aérea estadunidense “Pan Am”; suspeitos têm nacionalidade líbia.
1992 – ONU impõe sanções à Líbia e exige entrega dos suspeitos pelo atentado.
1999 – Governo líbio entrega suspeitos para julgamento na Haia; ONU suspende embargo. A Líbia gradualmente normaliza suas relações exteriores.
2003 – Líbia é eleita para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

2003 – Líbia assume a responsabilidade pelo atentado de 1988 ao avião da Pan Am.
2003 – Conselho de Segurança da ONU vota pela extinção das sanções contra a Líbia. O país anuncia o abandono de programa de produção de armas de destruição em massa.
2005 – Companhias de petróleo estadunidenses regressam à Líbia após mais de 20 anos.
2006 – EUA retiram a Líbia de lista de países que apoiam o terrorismo.
2006 – EUA reatam relações diplomáticas com a Líbia.
2007 – Eleição da Líbia para assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2008 – agosto – Silvio Berlusconi pede desculpas à Líbia por danos causados pela Itália durante a era colonial e assina contrato de investimentos da ordem de cinco US\$ 5 bilhões.
2008 – setembro – Visita à Líbia da Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice.
2009 – fevereiro – Kadhafi é eleito presidente da União Africana.
2009 – junho – Primeira visita de Kadhafi à Itália, maior parceiro comercial do país.
2010 – janeiro – Rússia anuncia acordo da ordem de US\$ 1,8 bilhões em armamentos para a Líbia.
2011 – fevereiro – Início dos protestos em Benghazi, segunda maior cidade do país e bastião de oposição ao regime Kadhafi.
2011 – março – A Líbia é suspensa da Liga dos Estados Árabes.
2011 – março – O Conselho de Segurança da ONU adota, por 10 votos a favor e 5 abstenções (China, Rússia, Índia, Alemanha e Brasil), a Resolução 1973, que prevê o uso da força pela OTAN a fim de proteger civis e estabelece zona de interdição aérea sobre a Líbia, além de novas sanções.
2011 – março – Início do bombardeio da Líbia por aeronaves francesas, britânicas e estadunidenses.
2011 – março – OTAN assume o comando das operações militares na Líbia.
2011 – junho – O Conselho de Ministros de Relações Exteriores da União Europeia decide reconhecer o Conselho Nacional de Transição (CNT) como “o principal interlocutor político na Líbia e o representante das aspirações do povo líbio”.
2011 – agosto – Tomada de Trípoli pelas forças do CNT. A União Africana, junto com outros 60 países, reconhece o CNT como nova autoridade Líbia.
2011 – 20 de outubro – Captura e morte de Kadhafi. Três dias depois, o CNT anuncia a libertação do país.
2011 – 31 de outubro – Abdel Rahim al-Kib é eleito Primeiro-Ministro da Líbia, em votação exclusiva aos membros do CNT.
2011 – 30 de novembro – Formação do novo Governo provisório líbio, que deverá permanecer no poder até as eleições gerais marcadas para junho de 2012.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-LÍBIA

1974 – Abertura da Embaixada do Brasil em Trípoli
1975 – Abertura da Embaixada da Líbia em Brasília.
1987 – I Comissão Mista Brasil-Líbia
1992 – Sanções à Líbia impostas pelo Conselho de Segurança da ONU entram em vigor no Brasil. Brasil retira Embaixador em Trípoli, mantendo apenas Encarregado de Negócios
2000 – Brasil volta a designar Embaixador em Trípoli
2001 – Visita ao Brasil do General Musta Kharubi, Enviado Especial do Coronel Muammar Kadafi
2001 – O então Senador Ney Suassuna (PMDB/PB) visita a Líbia e entrega carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Coronel Kadafi
2002 – Visita ao Brasil do Ministro da Economia da Líbia, Shukri Ghanem
2003 – Visita à Líbia do Presidente Lula
2004 – Visita à Líbia do Ministro-Chefe do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jacques Wagner.
2006 – Presidente Lula mantém encontro com Kadafi à margem da Cúpula AFRAS (África – América do Sul)
2007 – setembro – Professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República, realiza visita a Trípoli e é recebido pelo Coronel Kadafi, a quem fez entrega de Mensagem Presidencial
2008 – março – Visita à Líbia do Diretor-Executivo da Petrobras, José Sérgio Gabrielli
2008 – maio – Visita à Líbia do Chanceler Celso Amorim
2009 – janeiro – Visita à Líbia do Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Miguel Jorge
2009 – fevereiro – Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro líbio, Imbarek Ashamikh
2009 – março – Encontro do Chanceler Celso Amorim com o seu homólogo líbio, Moussa Koussa, à margem da II Cúpula ASPA (América do Sul – Países Árabes)
2009 – julho – Visita à Líbia do Presidente Lula, para participar da XIII Cúpula da União Africana
2010 – julho – Visita à Líbia do Chanceler Celso Amorim
2011 – setembro – Brasil vota a favor do credenciamento do Conselho Nacional de Transição como representante da Líbia para a 66ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, o que significa, na prática, o reconhecimento formal, pelo Brasil, daquela entidade como legítima representante do povo líbio
2011 – outubro – Visita à Líbia do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos de África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro

ACORDOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Promulgação
Acordo Básico de Cooperação	30/06/1978	04/10/1981	27/10/1981
Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica	30/06/1978	08/04/1986	04/06/1986
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Grande Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia na Área de Saúde Animal	19/02/2009	05/10/2010	Em tramitação na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

LÍBIA: DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	Libia
Superfície	1.759.540 km ²
Localização	Norte da África
Capital	Trípoli
Principais cidades	Tripoli, Benghazi, Misurata, Zuwara, Khums, Sebha
Idioma oficial	Árabe
Moeda	Dinar líbio (LD)
População (2011)	6 milhões de habitantes

A Líbia situa-se no Norte de África, banhada pelo mar Mediterrâneo e ladeada pelo Egito a leste e pela Tunísia e Argélia a oeste. Ao sul limita-se com o Níger e Chade e, a sudeste, um pequeno trecho com o Sudão. Possui população de aproximadamente 6 milhões de habitantes.

Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do EIU, The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2012 e CIA's World Factbook.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

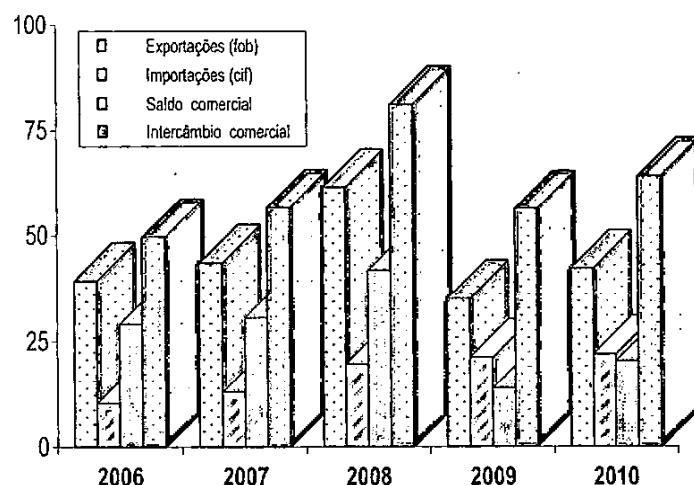
PIB Nominal	US\$ 58,7 bilhões
Crescimento real do PIB	-27,9%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 9.776
PIB PPP	US\$ 91 bilhões
PIB PPP "per capita"	US\$ 15.189
Inflação	10,3%
Reservas internacionais	US\$ 68 bilhões
Dívida externa	US\$ 5 bilhões
Câmbio (LD / US\$)	1,24

Com PIB Nominal de US\$ 58,7 bilhões em 2011, a Líbia apresentou-se como a 58ª economia do mundo em termos nominais. Contudo, o PIB recuou abruptamente em 2011, cerca de 28%, em razão dos conflitos políticos internos no país, desde meados de 2011.

LÍBIA: COMÉRCIO EXTERIOR
US\$ bilhões

DESCRICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Exportações (fob)	39	44	62	35	42	15
Importações (cif)	10	13	20	21	22	7
Saldo comercial	29	31	42	14	20	8
Intercâmbio comercial	50	57	81	56	64	23

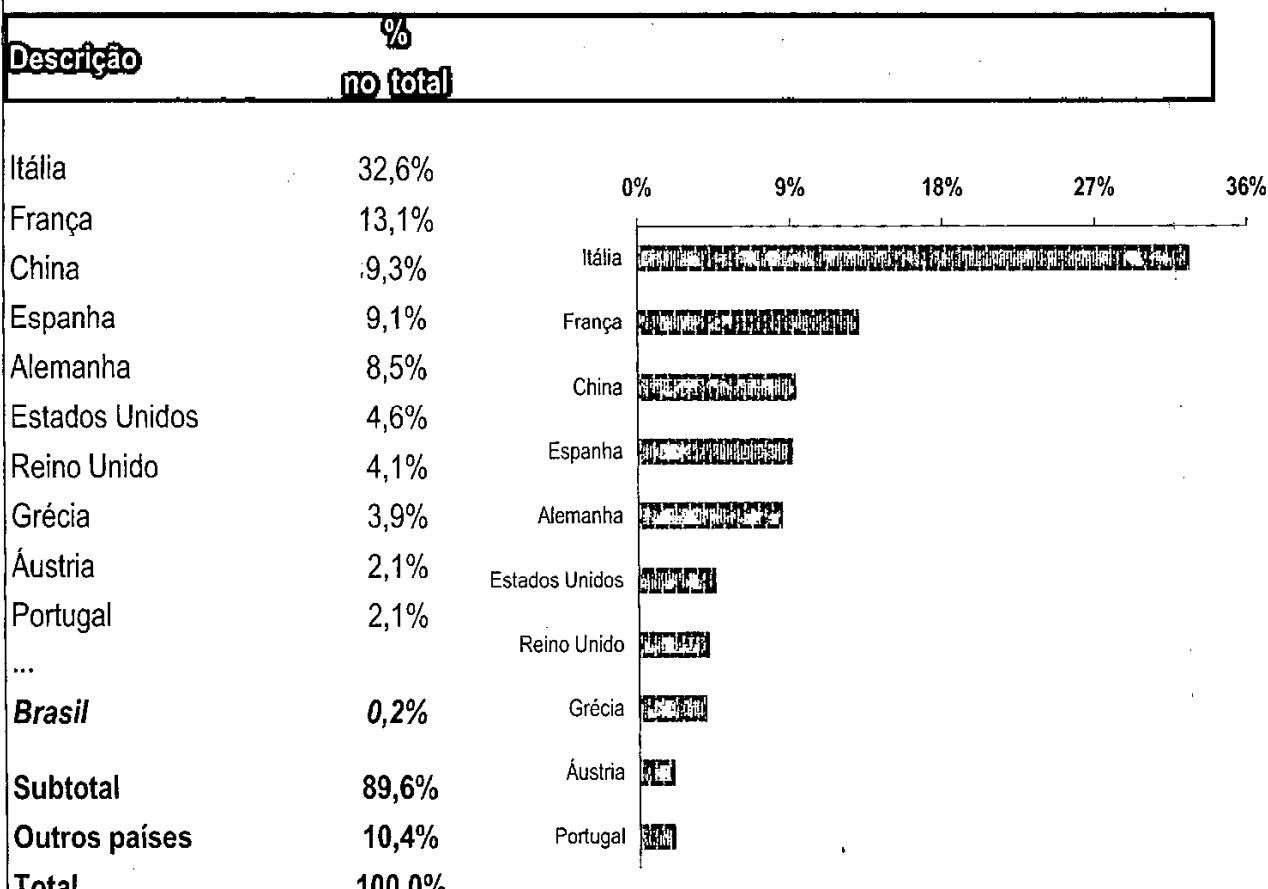
[Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI/Direction of Trade Statistics, Jan/Out/2012]



O comércio exterior líbio apresentou, em 2010, variação de 29% em relação a 2006, passando de US\$ 50 bilhões para US\$ 64 bilhões. No ranking do FMI a Líbia figurou como a 58º mercado mundial, sendo a 68º exportador e a 53º importador.

LÍBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

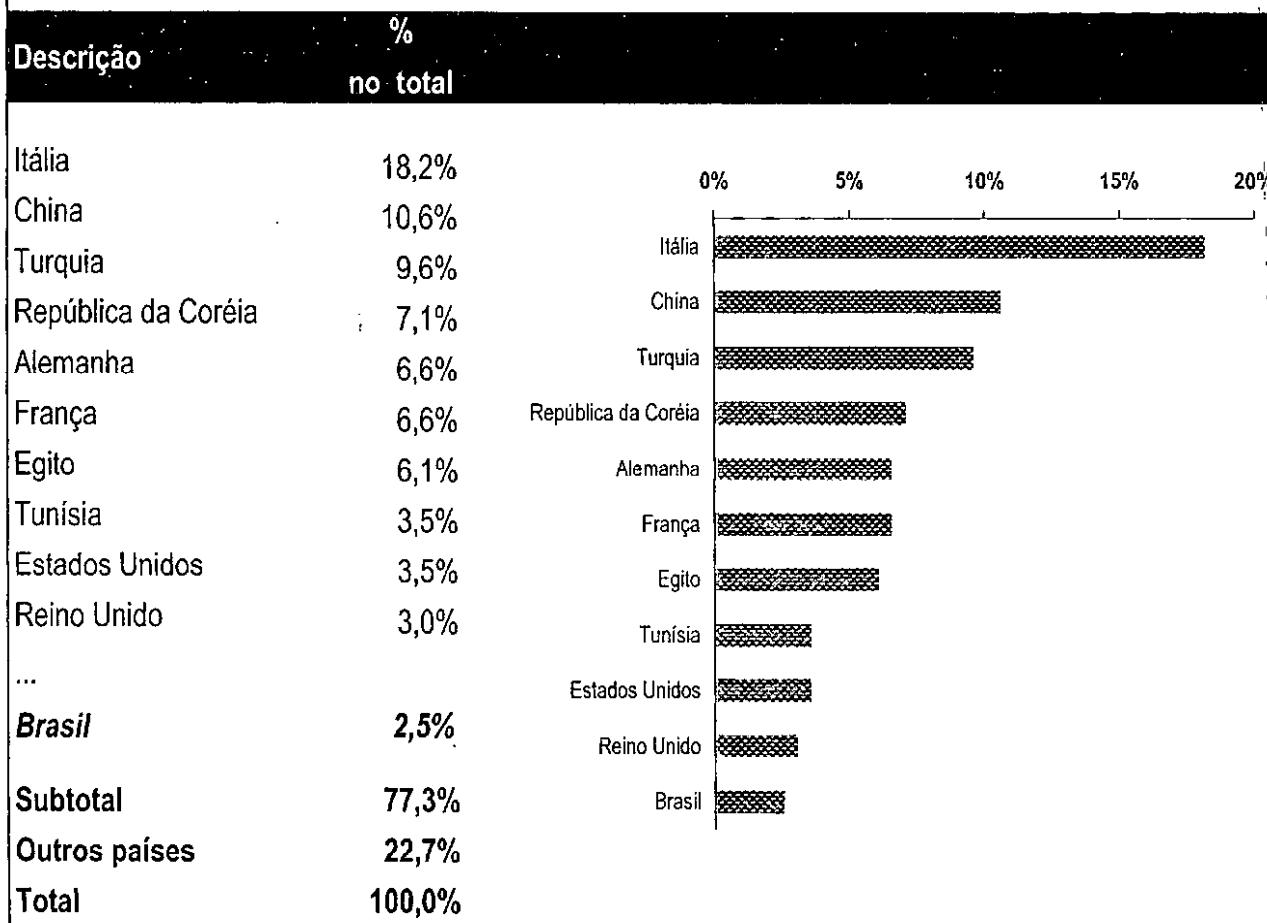


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A Itália representou 33% do destino da pauta de exportação líbia, em 2010. Também destacaram-se a participação de França (13%); China (9%); Espanha (9%) e Alemanha (9%). O Brasil obteve o 22º lugar entre os parceiros em 2010, participando com 0,2% do total.

LÍBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %



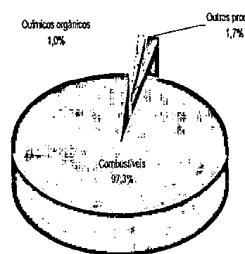
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap. January 2012.

A exemplo das exportações, as importações do país são originárias principalmente da Itália, que representou em torno de 18% do total das importações líbias em 2010. O Brasil obteve o 11º lugar entre os principais parceiros, participando com 2,5% do total.

LÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	97,3%
Químicos orgânicos	1,0%
Subtotal	98,3%
Outros produtos	1,7%
Total	100,0%



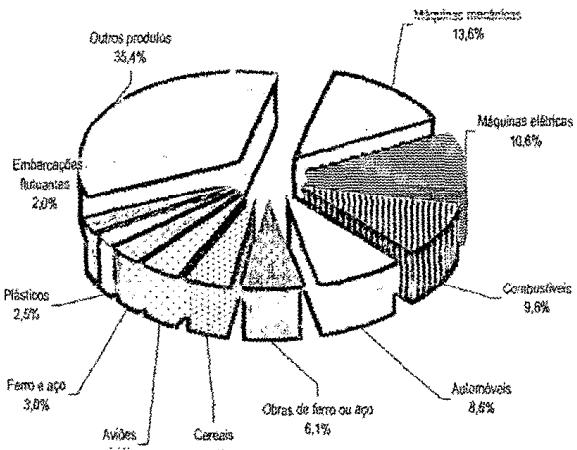
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

A economia líbia depende basicamente do setor petrolífero, responsável por cerca de 30% do PIB e por 97% das exportações. Em 2010, o óleo petróleo em bruto foi o principal item da pauta (97%), seguido de produtos químicos orgânicos (1%) e ferro e aço (1%).

LÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	13,6%
Máquinas elétricas	10,6%
Combustíveis	9,6%
Automóveis	8,6%
Obras de ferro ou aço	6,1%
Cereais	4,5%
Aviões	4,0%
Ferro e aço	3,0%
Plásticos	2,5%
Embarcações flutuantes	2,0%
Subtotal	64,6%
Outros produtos	35,4%
Total	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

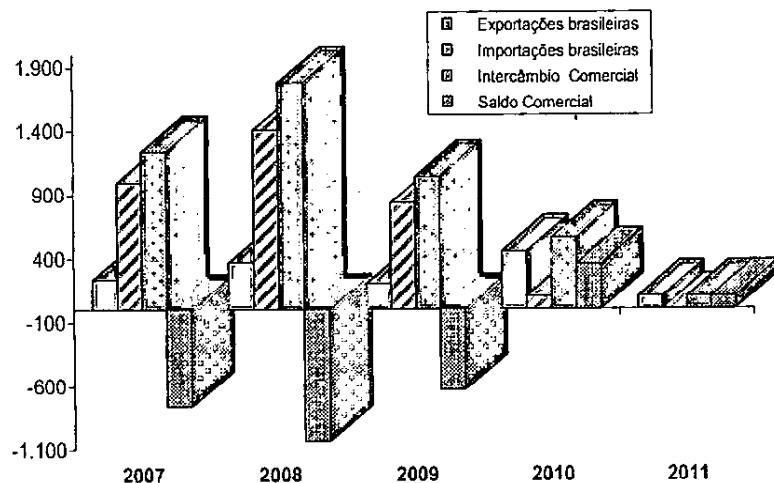
Os 10 principais grupos de produtos importados pelo país somaram 65% da pauta em 2010, destacando-se as máquinas mecânicas e elétricas (24%); combustíveis (10%); automóveis (9%); e obras de ferro e aço (6%).

BRASIL-LÍBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRÍÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	239	373	205	456	102
Variação em relação ao ano anterior	0,2	0,6	-0,5	1,2	-0,8
Importações brasileiras	998	1.406	835	101	0,7
Variação em relação ao ano anterior	2,5	0,4	-0,4	-0,9	-1,0
Intercâmbio Comercial	1.237	1.779	1.040	557	103
Variação em relação ao ano anterior	74,5	0,4	-0,4	-0,5	-0,8
Saldo Comercial	-759	-1.033	-630	355	101

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

A Líbia foi o 109º parceiro comercial brasileiro em 2011, absorvendo 0,04% das transações brasileiras com o mundo. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial do Brasil com o país decresceu em 92%, passando de US\$ 1,2 bilhão, para US\$ 103 milhões. As expo

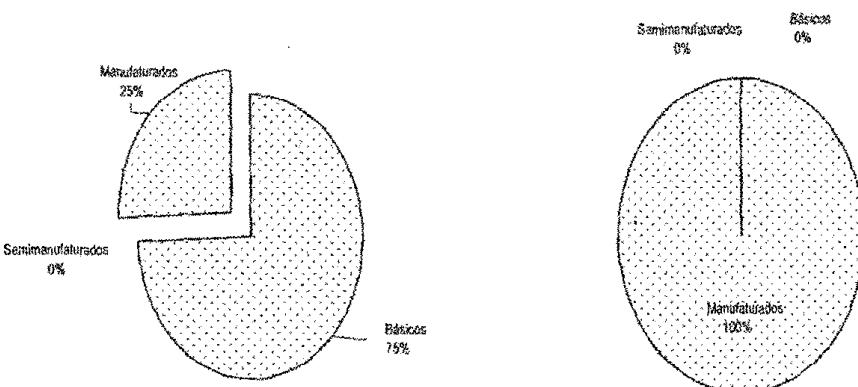


BRASIL-LÍBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob (2011)

DESCRÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	76	74,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	26	25,5%	1	100,0%
Total	102	100,0%	1	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para a Líbia são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 75% das vendas em 2011, com destaque para carnes, cereais e açúcar. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 100% das compras.



BRASIL-LÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRÇÃO	2009	2010	2011		% no total	Importações brasileiras originárias da Líbia, 2011
			Valor	% no total		
Plásticos	0,0	0,0	0,7	100,0%		
Combustíveis	830,0	96,0	0,0	0,0%		
Subtotal	835,0	98,3	0,7	100,0%		
Outros produtos	0,0	2,7	0,0	0,0%		
Total	835,0	101,0	0,7	100,0%		

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As importações brasileiras originárias da Líbia apresentaram alto grau de concentração. Os plásticos (polietileno) representaram a totalidade das compras brasileiras em 2011.

Aviso nº 80 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFONSO ÁLVARO DE SIQUEIRA CARBONAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Líbia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 17/02/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10334/2012